

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



INCLUSÃO E DIVERSIDADE BREVES REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA ESTUDANTES SURDOS BRASILEIROS

Valdineide Jesus de Oliveira¹
Douglas Limas Rodrigues²
Eliana Márcia dos Santos Carvalho³

De acordo com Vilhalva (2007) para trabalharmos com alunos surdos não basta apenas conhecermos a Libras (Língua Brasileira de Sinais), é fundamental conhecermos a Cultura Surda por meio da participação e vivência dentro desta comunidade. Vilhalva (2007) demonstra que a Pedagogia Surda possui seu próprio sistema educativo, que é transmitida por meio das histórias lúdicas em Libras contadas pelos surdos mais experientes. Nesta visão, é de suma importância a interação do surdo com um tradutor ou intérprete de Libras, pois, é a partir desse contato que ocorrerá de forma mais adequada e natural o desenvolvimento linguístico.

Fundamentados por tais perspectivas, e apoiados ao Decreto Federal nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como um sistema linguístico de natureza visual-motora, e define como sujeito surdo o indivíduo que tenha total perda auditiva e que se comunique com o mundo através de experiências visual-espacial, apresentando sua cultura por meio do uso dessa modalidade linguística. Na contemporaneidade, a educação brasileira possui grande desafio, o de proporcionar a entrada e a permanência de alunos surdos nas instituições públicas de educação básica. Assim, compreender quais são as políticas públicas para educação inclusiva, torna-se cada vez mais necessário, para que avancemos na aplicabilidade e na eficácia destas políticas públicas destinadas a comunidade surda no sistema educacional do Brasil.

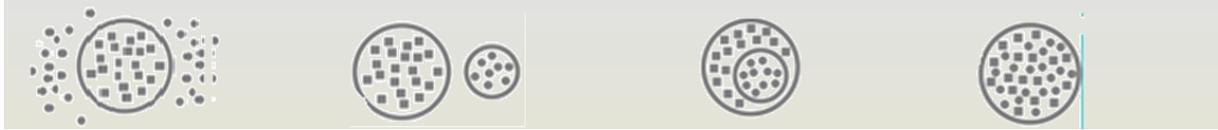
¹ Graduanda em Letras Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia, *campus* VI. Caetité. Contato: valdineide.oliveira@outlook.com

² Graduando em Letras Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia, *campus* VI. Caetité. Contato: oedouglas1@gmail.com.

³ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Inglesa e Literaturas - *campus* VI – da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: elianacte@yahoo.com.br.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Conforme a Lei Federal 9.394/96, todos os indivíduos têm direito à educação, e nesse viés, o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira moderna é parte obrigatória desse direito nos anos iniciais do ensino fundamental II até a modalidade do Ensino Médio. Todavia, devido a inúmeras divergências teóricas, metodológicas e didático-pedagógicas, vários alunos surdos acabam sendo excluídos quando se trata do ensino-aprendizagem de uma nova língua estrangeira, em específico, a língua inglesa. Com o intuito de contribuir para uma educação especial na perspectiva inclusiva, propomos analisar e compreender as realizações das políticas públicas para a inclusão da Língua Inglesa como Língua Estrangeira Moderna, sendo um componente curricular a ser trabalhado e difundido com alunos surdos, visando a inclusão e a interação social.

Com base em Souza (1998), a inclusão social está diretamente relacionada aos indivíduos que não possuem a mesma oportunidade de acesso aos direitos sociais. Dessa forma, essa inclusão tem como objetivo promover a participação efetiva para estas pessoas na sociedade. Com base nesses pressupostos, a educação inclusiva pode ser compreendida como um mecanismo de garantia do direito de todos à educação em busca de equidade e a valorização das diferenças, atendendo todas as diversidades culturais, físicas, étnicas e sociais que possibilite novas práticas e o aperfeiçoamento de políticas públicas existentes no sistema de ensino brasileiro.

O trabalho em questão, propõe uma pesquisa de caráter qualitativo realizada a partir de levantamento bibliográfico. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado. Desse modo, nesta pesquisa, esse método foi utilizado com intuito de analisar o ensino da Língua inglesa como L3 para surdos brasileiros, com ênfase em análises de artigos, textos e Leis. Outra abordagem utilizada nesta pesquisa é o Bilinguismo, que direcionará a compreensão do ensino-aprendizagem com enfoque na língua de sinais. Segundo Fernandes (2008), o Bilinguismo é um aparato metodológico que possui como proposta um ensino que utilize duas línguas no contexto escolar. Nesta ótica, buscou-se por meio destas metodologias analisar o ensino da Língua Inglesa como L3 na educação básica para surdos.

A Libras é uma língua de sinais visual-espacial usada principalmente pela comunidade surda brasileira. Desta maneira, de acordo com Rosa (2008) esta língua dispõe de um sistema

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



linguístico ímpar que utiliza o espaço-visual através de expressões faciais e corporais. Assim, como a língua portuguesa, a Libras também possui o regionalismo, isto é, várias formas de se expressar e se comunicar, além de possuir suas próprias regras gramaticais e fonológicas. A partir disso, é que consideramos a importância de enfatizar, que da mesma forma como as línguas orais, a Libras não é universal. Nesse sentido, cada país possui seu sistema convencional de comunicação, a exemplo, a língua de sinais estadunidense *American Sign Language* (ASL) e a *langue des signes française* (LSF) da França, além de inúmeras outras. Moraes (2012, p.15) aponta que a aquisição de Libras por surdos, na maioria das vezes, não ocorre no próprio lar da criança, pois geralmente os pais são ouvintes. Tendo, portanto, o primeiro contato linguístico, a Língua Portuguesa.

Nesta ótica, Quadros (1997, p. 10) afirma que a aquisição da língua de sinais para esse público aconteceria tardiamente, ao frequentar a escola e somado a isso, a *Declaração de Salamanca* aponta que as,

políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e a provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares (BRASIL, 1994, p.10).

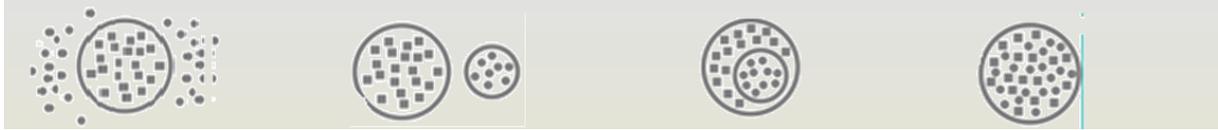
Nessa perspectiva, Vilhalva (2007) adverte que o ensino de outra língua para o surdo deve ser adaptado à sua realidade, o trabalho pedagógico necessita de criatividade e inovação, ao enfatizar constantemente a importância do uso da língua de sinais para a Comunidade Surda. Isto posto, a educação bilíngue deve apresentar uma visão de ensino que trabalhe o uso das duas línguas pelo educando surdo no ambiente da sala de aula à Libras e a Língua Portuguesa brasileira, visando a língua de sinais como o meio de comunicação principal, e a Língua Portuguesa do Brasil deve ser aprendida na sua modalidade escrita como aponta a linguista Quadros (1997).

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito [...] se há um dispositivo de aquisição da linguagem- LAD comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva, visível à criança, então a criança surda brasileira deve ter acesso à LIBRAS o quanto antes para acionar de forma



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



natural esse dispositivo. A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a LIBRAS (QUADROS, 1997, p.27).

Assim, a instituição educacional deverá trabalhar com profissionais capacitados que possuam habilidades para atender às necessidades linguísticas dos surdos, proporcionando um ambiente no qual ocorra a comunicação e a interação social. Não obstante, de acordo com Moraes (2012, p. 21) qualquer língua adquirida posteriormente a L1 é considerada segunda língua e no caso do surdo brasileiro, a Língua Inglesa é uma L3, haja vista que a Língua Portuguesa já se encontra como a segunda língua para a Comunidade Surda.

Segundo Carvalho (2012, p.9), um dos grandes desafios do professor de Língua Inglesa é possibilitar alternativas que possam minimizar o ensino tradicional que compete com o desenvolvimento curricular das quatro habilidades linguísticas. No entanto, os alunos surdos não conseguem desenvolver a habilidade da comunicação oral e auditiva no ensino-aprendizagem de Língua Inglesa. Assim sendo, a Língua Inglesa, assim como a Língua Portuguesa brasileira, é aprendida pelo surdo na sua modalidade escrita, respectivamente o português como L2 e o inglês como L3. Nesse sentido, tornaria mais coerente, a grosso modo, o inglês instrumental sendo uma modalidade de ensino mais apropriada para trabalhar a língua inglesa na sala de aula para atender a Comunidade Surda. Carvalho (2012, p.6) aponta que outro desafio para o ensino da Língua Inglesa para o surdo, é a falta de matérias e de interesse do próprio aluno que contesta que a referida língua é mais difícil, nas palavras do autor.

Na prática, a professora de inglês enfrenta problemas que vão além do mero ensino de inglês, como falta de materiais, desinteresse dos alunos, a falta de tempo tanto para a professora ministrar o conteúdo como para os alunos se dedicarem dentro e fora da escola, etc. Somado a isso, há o entrave da inclusão, que dificulta o trabalho do docente, forçando-o a lidar com realidades diferentes sem conseguir atender nem uma, nem a outra (CARVALHO, 2012, p.6).

Essa dificuldade acima relatada, torna-se mais intensa, pois o sistema linguístico da língua inglesa é diferente da língua portuguesa. Vejamos que a Língua Inglesa não faz parte da realidade do indivíduo surdo brasileiro, e isso potencialmente é um fator que interfere de forma negativa na aquisição de um novo idioma. Além disso, os fatores sócio-históricos e a falta de fluência da segunda língua, no caso a Língua Portuguesa dificulta a aquisição de uma Língua

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Estrangeira (LE). Tais adversidades tornam-se percalços para alunos surdos que por sua vez acabam desistindo de aprender uma Língua Estrangeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a educação numa perspectiva inclusiva é propor um currículo pedagógico direcionado para ações educativas que proporcionem um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os cidadãos, sobretudo, do sujeito surdo. O professor é instigado a reorganizar suas metodologias e a investir em sua formação continuada, especializações que possibilitem promover um ensino eficiente nas aulas de Línguas. O presente trabalho demonstrou que a inclusão social para surdos precisa advir do contato com a Comunidade Surda e com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para que o professor de Língua Inglesa esteja capacitado para trabalhar com este grupo e possuir consciência dessas questões. Sabe-se que existem vários projetos de leis que estimulam a inclusão social para os surdos, mas na prática estas ações estão tornando-se indiferentes. Desse modo, é importante um professor bilíngue, isto é, fluente em duas Línguas (sem mencionar sua língua nativa): a Libras e a Língua Inglesa, pois isso o auxiliará de forma mais fluida na aprendizagem dos alunos surdos na disciplina de Língua Inglesa, resultando em um melhor desenvolvimento cognitivo, linguístico e social.

Palavras-chave: Bilinguismo. Diversidade. Inclusão. Língua inglesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



BRASIL. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARVALHO, R. Desafios do ensino da língua inglesa para surdos. **Anais do VIII Seminário de Línguas Estrangeiras:** a formação e a prática de professores de línguas estrangeiras. Goiânia, GO: FUNAPE - Faculdade de Letras da UFG: 67-76 p. 2012.

FERNANDES, E. **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

GERHARDT, T; SILVEIRA, D (org.). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORAES, A. **Descrição de desenvolvimento linguístico em língua inglesa por seis surdos: novos olhares sobre o processo de aquisição de uma língua.** 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012.

QUADROS, R. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROSA, L. *et al.* **Aprendizagem de língua estrangeira:** um direito do aluno surdo. VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE: formação de professores. Curitiba-PR: 720-827 p. 2008.

SOUZA, R. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VILHALVA, S. **“Pedagogia Surda”.** In: Editora Arara Azul. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br> Acesso em: 28 fev. 2021.

